

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 55 (cinquenta e cinco) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimento de Informática		Raciocínio Lógico		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 16	2	17 a 23	1	24 a 30	1	31 a 55	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a seqüência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea “a” do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha de respostas somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA.**

06- Na prova objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA.**

09- Na Folha de Respostas, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TUDO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites do retângulo ao lado.

10- Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva. Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova (conforme item 9.17 do edital).

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e a Folha de Respostas.**

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS.**

13- Quanto terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA.**

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA É DE 4 (QUATRO) HORAS.**

**“É no coração do homem que reside o princípio e o fim de todas as coisas”
(Leon Tolstoi)**

*** LÍNGUA PORTUGUESA *****Questão 1**

Qual a única série de palavras que contém dígrafos consonantais?

- A) através – problemas – crateras – caboclos.
- B) ternura – caspa – resultado – êxtase.
- C) farrista – aquecido – exceto – milharal.
- D) tampas – ventania – sintoma – fundação.
- E) hálito – hélice – hino – humilde.

Questão 2

“Senhoras e senhores, chamo ao palco neste momento o Professor Doutor Simão Bacamarte, ilustre Paraninfo das turmas concluintes do Ensino Médio de nosso querido Colégio”.

A função textual das duas vírgulas dessa frase é separar, respectivamente,

- A) o sujeito e o predicativo.
- B) os substantivos e os adjetivos.
- C) o vocativo e o aposto.
- D) o verbo e o nome.
- E) o acessório e o enfático.

Questão 3

Após a partida, o jogador confirmou na entrevista coletiva que ia abandonar o futebol, mas disse também que estava muito triste por se despedir de sua carreira de maneira tão melancólica.

O redator dessa notícia transmitiu, com suas próprias palavras, a essência do depoimento do jogador, o que é uma técnica redacional chamada de

- A) referência livre.
- B) discurso indireto.
- C) ponto de vista.
- D) discurso direto.
- E) ponto de referência.

Questão 4

Para esse trabalho, você precisará utilizar uma caneta, uma prancheta e um bloco de papel em que fará as anotações diárias. Todo esse material será fornecido pela empresa contratante.

A informação acima usa o hiperônimo “material” para

- A) englobar os hipônimos “caneta”, “prancheta” e “bloco de papel”.
- B) substituir os sinônimos “caneta”, “prancheta” e “bloco de papel”.
- C) evitar a ambiguidade de “caneta”, “prancheta” e “bloco de papel”.
- D) desfazer a polissemia de “caneta”, “prancheta” e “bloco de papel”.
- E) ampliar a conotatividade de “caneta”, “prancheta” e “bloco de papel”.

Questão 5

Sonho meu, sonho meu

Vai buscar quem mora longe, sonho meu.

Vai mostrar essa saudade, sonho meu

Com a sua liberdade, sonho meu

No meu céu a estrela-guia se perdeu

A madrugada fria só me traz melancolia, sonho meu.

A letra de Dona Ivone Lara emprega o pronome possessivo à direita do substantivo “sonho” com o objetivo de

- A) criar um efeito estilístico original no português.
- B) designar um hábito polissêmico de colocação.
- C) indicar uma aproximação individual pejorativa.
- D) dar ênfase ao pronome no sintagma “sonho meu”.
- E) acentuar um sentimento de polidez e deferência.

Questão 6

Olhar colérico
Lírios plásticos do campo e do contracampo
Telástico cinemascope
Teu sorriso tudo isso
Tudo ido e lido e lindo e vindo do vivido
Na minha adolescência
Idade de pedra e paz

Caetano Veloso e Rogério Duprat compuseram em 1969 “Acrílico”, uma experiência de instrumentos, sons urbanos e palavras sonoras, algumas delas inventadas pelos compositores, que utilizaram os recursos morfológicos da língua para produzir

- A) derivações prefixais.
- B) neologismos lexicais.
- C) substantivos paradoxais.
- D) alterações flexionais.
- E) arcaísmos desconexos.

Questão 7

Qual das frases abaixo serve para mostrar que o uso inadequado dos elementos gramaticais de coesão pode provocar incoerências no texto?

- A) O almoço já estava na mesa, mas as cozinheiras estavam começando a cozinhar a comida.
- B) Duas alunas não conseguiram chegar a tempo para a festa porque não havia festa naquele dia.
- C) Quando fura o pneu de uma bicicleta, o motorista precisa ir a um borracheiro.
- D) Meu amor, tudo em volta está deserto, tudo certo como dois e dois são cinco.
- E) A falta que te falta também eu sinto, mas sinto que me falta a falta que sinto de ti.

Questão 8

Popeye, o marinheiro movido a espinafre, que gera US\$ 2,17 bilhões anuais em vendas, promete neste ano virar personagem de batalhas judiciais pelo mundo. Os direitos autorais dos desenhos originais expiraram no dia 1º de janeiro de 2009, entrando em domínio público de acordo com a lei da União Européia, que restringe o uso das imagens até 70 anos após a morte do autor. Isso significa que, agora, qualquer um pode imprimir e vender pôsteres, camisetas e adesivos com a imagem do Popeye e mesmo utilizar sua imagem em novos quadrinhos, sem a necessidade de pedir autorização ou pagar royalties.

O último período da notícia se inicia com o demonstrativo “isso”, que estabelece um vínculo de coesão no texto porque faz referência à

- A) restrição ao uso das imagens até 70 anos após a morte do autor.
- B) geração de US\$ 2,17 bilhões anuais em vendas.
- C) permissão para que qualquer um imprima o que quiser.
- D) possibilidade de haver batalhas judiciais pelo mundo.
- E) entrada dos direitos autorais em domínio público.

Questão 9

Rio, podem dizer o que quiser,
Mas o xodó do povo é o Rio.
Casa do samba e do amor, do Redentor,
Louvado seja o Rio.

Sobre os versos iniciais da canção “Delírio dos Mortais”, de Djavan, é correto afirmar que a concordância verbal do trecho “podem dizer o que quiser” é

- A) facultativa: pode-se considerar que o sujeito desses verbos está oculto.
- B) ideológica: prevalece a idéia genérica e não identificada do sujeito.
- C) rígida: admite-se que o sujeito indeterminado leve o verbo à 3ª pessoa.
- D) estilística: integra o individual no coletivo com a mistura de tratamento.
- E) viciosa: deveria ser corrigida para “podem dizer o que quiserem”.

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL

Questão 10

Um dia começou a guerra do Paraguai e durou cinco anos. João repicava e dobrava, dobrava e repicava pelos mortos e pelas vitórias. Quando se decretou o ventre livre dos escravos, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia proclamou-se a República. João repicou por ela, repicaria pelo Império, se o Império retornasse. (Machado de Assis: “Crônica sobre a morte do escravo João”, 1897)

Os tempos verbais empregados na crônica são, em sua maioria, do pretérito perfeito. Sua finalidade no texto é transmitir a idéia de ações

- A) habituais.
- B) concluídas.
- C) contínuas.
- D) permanentes.
- E) hipotéticas.

Questão 11

As opiniões pessoais expressam apreciações, pontos de vista, julgamento, que representam por parte de quem fala sua aprovação ou desaprovação. Mas as opiniões precisam vir apoiadas em fatos para que ganhem credibilidade.

A alternativa que mostra um trecho argumentativo que serve como exemplo para o que foi dito acima é a seguinte:

- A) O período em que Juvenal Antena esteve à frente da Associação de Moradores foi benéfico para a comunidade, porque ele captou recursos para obras de saneamento, construiu um posto de saúde e combateu o tráfico de drogas na Portelinha.
- B) Foi na primeira semana de maio que o jogador brasileiro conhecido como Juca Tatu se transferiu para o futebol da China, a fim de integrar a equipe mais popular da cidade de Xangai, o Shenzhen, cujo treinador é o paulista Marcos Falopa.
- C) Além, muito além daquela lagoa, que ainda reflete os últimos raios do pôr-do-sol, nasceu Limogino, o cabra da peixeira arretada, que tinha os olhos mais vesgos que eu já vi, e mais remelentos que folha de jacutinga largada no brejo durante a seca.
- D) Isaltina namorou-me durante doze dias e quatro maços de cigarro mata-rato e vivia falando mal do meu pai só porque o velho era rabugento e passava as tardes enchendo a paciência dizendo que nosso caso excedia as raiais de um impulso infante-juvenil.
- E) Para saber se o texto é figurativo, observe se as imagens têm uma organização imprecisa e se há um grupo delas se referindo à escultura e outro representando a produção intelectual baiana do início do século XX, época em que faltava mão-de-obra na praça.

Questão 12

Escrever é triste. Impede a conjugação de tantos outros verbos. Os dedos sobre o teclado, as letras se reunindo com maior ou menor velocidade, mas com igual indiferença pelo que vão dizendo, enquanto lá fora a vida estoura não só em bombas como também em dádivas de toda natureza, inclusive a simples claridade da hora, vedada a você, que está de olho na maquininha. O mundo deixa de ser realidade quente para se reduzir a marginália, purê de palavras, reflexos no espelho (infel) do dicionário. (Carlos Drummond de Andrade: “Hoje não escrevo”, 1974)

O vocabulário usado pelo cronista inclui várias palavras derivadas. Algumas delas contêm sufixos, como comprova a seguinte alternativa, que transcreve apenas palavras formadas por derivação sufixal:

- A) indiferença, dádivas, maquininha, reflexos.
- B) conjugação, velocidade, claridade, marginália.
- C) realidade, teclado, dicionário, reunindo.
- D) você, também, reduzir, natureza.
- E) impede, inclusive, infiel, igual.

Questão 13

Chama-se adequação sintática a construção coerente de períodos e orações, observadas as relações existentes entre seus termos e a sua organização. Qual o parágrafo dentre os abaixo transcritos que preserva o princípio do paralelismo sintático, segundo o qual quaisquer elementos da frase coordenados entre si devem apresentar estrutura gramatical similar?

- A) Aqui não pretendemos defender a idéia de mais intervenção do Estado na economia ou que ele volte a produzir aço em grande quantidade.
- B) Aqui não pretendemos defender a idéia de que o Estado intervenha mais na economia ou a volta de uma produção de aço em grande quantidade.
- C) Aqui não pretendemos defender a idéia de que o Estado intervenha mais na economia ou que volte a produzir aço em grande quantidade.
- D) Aqui não pretendemos defender a idéia de que a intervenção do Estado deva ser maior na economia ou uma produção de aço voltando a ter quantidade.
- E) Aqui não pretendemos defender a idéia de um Estado intervindo mais na economia ou que ele volte à produção de aço em grande quantidade.

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL**Questão 14**

Tendo começado quase ao mesmo tempo a vida de escritor e a de professor, bem se pode imaginar quanto me vi às voltas com as regras ditadas durante todos aqueles anos por filólogos e gramáticos. De modo geral, faço justiça a eles, reconhecendo que os bons são indispensáveis: é necessário que alguém coloque alguma ordem no modo de um Povo falar e escrever seu idioma. (Ariano Suassuna: “Receita para Escrever Nomes Próprios”, 2000)

Assim como está adequado o emprego do acento de crase no sintagma "às voltas", também está correto esse uso do acento em:

- A) Peço encarecidamente à V.Exa a transferência desse indivíduo.
- B) Os vales-refeição serão distribuídos à partir de amanhã à tarde.
- C) Encomendei um sanduíche à metro e comprei comida à quilo.
- D) À meia-noite, assistimos pela tevê à chegada do Ano Novo.
- E) Saíram às escondidas e foram à pé até à esquina pegar um táxi.

Questão 15

Todo o nosso comportamento social está regulado por normas a que devemos obedecer, se quisermos ser corretos. O mesmo acontece com a linguagem, apenas com a diferença de que as suas normas, de um modo geral, são mais complexas e coercitivas. Por isso, e para simplificar as coisas, define-se o “linguisticamente correto” como aquilo que é exigido pela comunidade linguística a que se pertence. (Celso Cunha: “A Noção de Correto”, 1985)

Qual das frases abaixo, embora consagrada pelo uso na imprensa de prestígio, ainda é apontada como um desvio em relação às normas da língua padrão?

- A) Custa-me crer que tudo isso ainda seja proibido na sociedade brasileira contemporânea.
- B) Quinze por cento da população gaúcha declararam que seus momentos de lazer diminuíram.
- C) A maior parte daqueles bairros não tinham nenhuma estrutura para suportar as enchentes.
- D) Assim que elas intervieram, a dúvida foi sanada e todos ficamos satisfeitos e felizes.
- E) O público feminino preferia mais a punição da vilã do que a vingança da heroína.

Questão 16

A única opção cujas palavras precisam receber acento gráfico por serem todas proparoxítonas é

- A) batavo – bavaro – perito – misantropo.
- B) arquetipo – mequetrefe – filantropo – acrobata.
- C) rubrica – crisantemo – hieroglifo – ibero.
- D) omega – interim – zenite – improbo.
- E) azafama – algaravia – pudico – levedo.

*** CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA *****Questão 17**

Qual, dentre os dispositivos periféricos listados abaixo, é o único que serve apenas como dispositivo de entrada?

- A) Alto falante
- B) Impressora
- C) Monitor
- D) Pen drive
- E) Teclado

Questão 18

O sistema operacional é o programa responsável por “dar vida” ao computador, fazendo rodar os programas que executam as tarefas solicitadas pelo usuário. No Microsoft Windows, a interface gráfica confunde-se com o sistema operacional. No Linux, pode-se escolher a interface gráfica para gerenciar janelas do sistema. Qual das alternativas abaixo corresponde a uma interface gráfica parecida com o Windows, usada em muitas distribuições do sistema operacional Linux?

- A) Firefox
- B) Java
- C) KDE
- D) PCI
- E) USB

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL**Questão 19**

O pacote de programas gratuito BR Office, que pode ser executado no Windows e no Linux, possui funcionalidades similares ao Microsoft Office, que só pode ser executado no Windows. Qual o tipo de arquivo (extensão de nome de arquivo) do programa BR Office Writer correspondente ao tipo de arquivo .DOC do programa Microsoft Word?

- A) .ODP
- B) .ODS
- C) .XML
- D) .ODT
- E) .XLS

Questão 20

Nos programas de planilhas eletrônicas, como BR Office Calc e Microsoft Excel, qual o cálculo feito pela fórmula SOMA(A1:B2;B3)?

- A) soma de valores das células A1, B2 e B3
- B) soma de valores das células A1 e B3 dividido por B2
- C) soma de valores das células A1 dividido por B2 mais B3
- D) soma de valores das células A1, A2, B1, B2 e B3
- E) soma de valores das células A1 e B2 menos B3

Questão 21

As redes de computadores e o advento da Internet trouxeram facilidades de comunicação através dos computadores, porém introduziram problemas de segurança de informações. Qual o nome do mecanismo em redes de computadores que controla e autoriza o tráfego de informações, estabelecendo filtros através de políticas de segurança?

- A) Cookie
- B) Proxy
- C) Telnet
- D) Winsock
- E) Firewall

Questão 22

Nos programas de navegação na Internet, como o Microsoft Internet Explorer ou o Mozilla Firefox, qual opção do menu “Exibir” permite selecionar o conjunto de caracteres apropriado para o idioma da página da Internet em exibição?

- A) Barra de status
- B) Codificação
- C) Código fonte
- D) Recarregar
- E) Zoom

Questão 23

Ao criar contas de email para conexão numa ferramenta de correio eletrônico (como Microsoft Outlook Express ou Mozilla Thunderbird), deve-se escolher um protocolo para recebimento de mensagens. Qual das alternativas abaixo serve para essa finalidade?

- A) FTP
- B) POP
- C) IP
- D) SMTP
- E) UDP

*** RACIOCÍNIO LÓGICO *****Questão 24**

Uma professora formou grupos de 2 e 3 alunos com o objetivo de conscientizar a população local sobre os cuidados que devem ser tomados para evitar a dengue. Sabendo que dois quintos dos alunos escolhidos para realizar essa campanha são do sexo masculino, e que cada grupo formado contém um e apenas um aluno do sexo masculino, a quantidade de grupos de dois alunos é igual

- A) à quantidade de grupos de três alunos.
- B) ao dobro da quantidade de grupos de três alunos.
- C) à metade da quantidade de grupos de três alunos.
- D) ao triplo da quantidade de grupos de três alunos.
- E) à terça parte da quantidade de grupos de três alunos.

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL

Questão 25

Sejam A e B os conjuntos dos números naturais múltiplos de 2 e 3, respectivamente, e C o conjunto formado pela interseção de A e B. Com respeito às proposições I, II e III, apresentadas a seguir, é correto afirmar que

- I- Se x pertence a A então $x+1$ pertence a B.
 - II- Se x pertence a C então $x+6$ pertence a C.
 - III- Se x pertence a A e $x+1$ pertence a B então $x+4$ pertence a C.
- A) Apenas a proposição II é verdadeira.
 - B) Apenas a proposição III é verdadeira.
 - C) Apenas a proposição I é falsa.
 - D) Todas as proposições são verdadeiras.
 - E) Todas as proposições são falsas.

Questão 26

Em uma das faces de uma moeda viciada é forjado o número zero, e na outra o número um. Ao se lançar a moeda, a probabilidade de se obter como resultado o número zero é igual a $2/3$. Realizando-se cinco lançamentos independentes, e somando-se os resultados obtidos em cada um desses lançamentos, a probabilidade da soma ser igual a um número par é

- A) $121/243$
- B) $122/243$
- C) $124/243$
- D) $119/243$
- E) $125/243$

Questão 27

Os números naturais da seqüência $X_1, X_2, X_3, X_4, \dots, X_N$ seguem uma ordem lógica crescente. Sabendo que a soma e o produto dos três primeiros termos dessa seqüência valem, respectivamente, 12 e 48, e que a soma e o produto dos segundo, terceiro e quarto termos valem 18 e 192, respectivamente, o centésimo termo dessa seqüência é igual a

- A) 160.
- B) 200.
- C) 240.
- D) 220.
- E) 180.

Questão 28

Antônio, José e Paulo são professores de uma universidade da cidade de São Paulo. Paulo é Paraibano, e os outros dois são mineiro e paulista, não necessariamente nessa ordem. Os três professores são formados em engenharia, física e matemática, mas não se sabe quem é graduado em qual curso. Sabendo que o físico nunca mudou de cidade, e que o mineiro não é José e nem é engenheiro, é correto afirmar que

- A) Antônio é mineiro e graduado em matemática.
- B) José é paulista e graduado em engenharia.
- C) Paulo não é engenheiro.
- D) Antônio é paulista e graduado em física.
- E) José é mineiro e graduado em matemática.

Questão 29

Um sistema de sinalização visual é composto por dez bandeiras, sendo quatro vermelhas, três pretas e três brancas, as quais são hasteadas numa determinada ordem para gerar as mensagens desejadas. Sabe-se que apenas um centésimo das mensagens que podem ser geradas por este sistema é utilizado na prática. Deseja-se desenvolver um novo sistema de sinalização visual, composto apenas de bandeiras de cores distintas e que seja capaz de gerar, pelo menos, a quantidade de mensagens empregadas na prática. O número mínimo de bandeiras que se deve adotar no novo sistema é

- A) 4.
- B) 6.
- C) 3.
- D) 7.
- E) 5.

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL

Questão 30

Um professor entregou uma lista de exercícios contendo dez questões para ser resolvida por cada um dos vinte alunos de sua turma. Seis alunos conseguiram resolver todas as questões da lista, dez alunos resolveram oito questões e os demais resolveram apenas duas questões. Escolhendo-se aleatoriamente um aluno e uma questão da lista, a probabilidade da questão escolhida não ter sido resolvida é igual a

- A) 13/50
- B) 17/50
- C) 23/50
- D) 27/50
- E) 37/50

*** CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ***Questão 31

Constitui ato de improbidade administrativa.

- A) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica, mesmo que não tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade
- B) permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, mesmo com a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie
- C) doar à pessoa física ou jurídica, excetuados aos entes despersonalizados, com fins educativos ou assistências, de bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie
- D) receber vantagem de natureza exclusivamente pecuniária, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;
- E) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

Questão 32

Marcos Alexandre, nascido às 22:00 do dia 15 de julho de 1990, subtrai no dia 15 de julho de 2008, às 10:00 horas a bolsa de Marinilda Peixoto, sendo imediatamente detido por Agente Policial, que o conduz a Delegacia de Polícia. Ao prestar seu depoimento, declara Marcos Alexandre ser menor de idade, uma vez que somente completaria os 18 anos após as 22:00 horas do referido dia 15 de julho de 2008. Com relação ao fato narrado é correto afirmar:

- A) Marcos Alexandre é considerado menor de idade, até as 22:00 horas do dia 15 de julho de 2008.
- B) Marcos Alexandre é considerado maior de idade, se o depoimento tiver sido prestado após as 22:00 horas do dia 15 de julho de 2008.
- C) Marcos Alexandre é considerado maior de idade, porque praticou o ato no dia em que completou 18 anos.
- D) Marcos Alexandre é considerado maior de idade, a partir do dia 16 de julho de 2008.
- E) Marcos Alexandre é considerado menor de idade, uma vez que a maioridade penal se alcança aos 21 anos.

Questão 33

Com relação a prescrição da ação disciplinar, na forma como determina a Lei nº 8112/90, a que responde o servidor público federal é correto afirmar.

- A) ocorrerá em 120 (cento e vinte) dias, quanto à advertência.
- B) ocorrerá em 4 (anos) anos, quanto às infrações puníveis com demissão e cassação de aposentadoria.
- C) os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares capituladas também como crime.
- D) ocorrerá em 2 (dois) anos, quanto à suspensão.
- E) ocorrerá em 3 (três) anos, quanto às infrações puníveis com disponibilidade ou destituição de cargo em comissão.

Questão 34

Com relação ao provimento de cargo público é correto afirmar:

- A) A ascensão de nível médio para superior dar-se-á preferencialmente por processo seletivo interno.
- B) A investidura em cargo público dependerá de prévia aprovação em concurso público de prova ou títulos.
- C) A posse para os cargos de livre nomeação e exoneração dependerá de aprovação em procedimento simplificado público.
- D) O concurso público, para investidura em cargo público, terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- E) A investidura de servidores públicos autárquicos não se sujeita a aprovação por concurso público.

Questão 35

Com relação ao estado de defesa, no que se refere as medidas coercitivas, pode-se afirmar:

- I. restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações;
- II. O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período;
- III. Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a vinte dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;
- IV. Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;
- V. Na vigência do estado de defesa poderá ser o preso mantido sob incomunicabilidade por um período de 180 (cento e oitenta) dias;

Estão corretas apenas as opções:

- A) II e V
- B) III e IV
- C) I e IV
- D) I e II
- E) III e V

Questão 36

No tocante a improbidade administrativa é correto afirmar:

- A) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam liminarmente, quando do julgamento perante o Juízo de Primeiro-Grau, independentemente do seu trânsito em julgado.
- B) É possível a transação, acordo ou conciliação nas ações judiciais que versem sobre improbidade administrativa, cabendo ao Ministério Público o controle da execução do pactuado, sob pena de responsabilidade civil e penal de seu membro.
- C) Estando a petição inicial da ação de improbidade em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.
- D) Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro, mesmo que não tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- E) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, podem ser propostas até seis anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

Questão 37

Com relação a exceção da verdade, nos crimes contra a honra, é correto afirmar.

- A) não se admite a exceção da verdade nos crimes de calúnia tentada.
- B) A exceção da verdade, no crime de difamação, somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- C) admite-se a exceção da verdade nos crimes de injúria.
- D) admite-se a exceção da verdade nos crimes de difamação, se o ofendido for incapaz e a ofensa tiver sido publicada em meio de grande circulação.
- E) não se admite a exceção da verdade nos crimes de injúria, salvo se o ofendido for falecido.

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL

Questão 38

Com relação a competência do juízo, para a execução penal das penas impostas pela Justiça Federal é correto afirmar:

- A) Compete ao juízo das execuções penais do estado a execução das penas impostas a sentenciados pela justiça federal, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual.
- B) Compete ao juízo das execuções penais do estado a execução das penas impostas a sentenciados pela justiça federal, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração federal.
- C) A competência do juízo de execuções penais, em matéria relativa a sentenças criminais proferidas pela Justiça Federal, depende da instalação da Vara de Execuções Criminais Federais, independentemente do local de recolhimento do sentenciado.
- D) A competência para apreciar pedidos incidentais na execução penal, estando o detento a cumprir pena em estabelecimento estadual, é da Justiça Federal.
- E) Compete a justiça federal a execução de suas penas impostas, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual.

Questão 39

As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, e os direitos e garantias expressos na Constituição da República Federativa do Brasil não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte. São garantias constitucionais os chamados remédios constitucionais, isto é, medidas utilizadas para tornar efetivo o exercício dos direitos constitucionais. Sobre estes institutos, é correto afirmar que

- A) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade ou agente de pessoa jurídica.
- B) conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em seu direito a vida, por ilegalidade ou abuso de poder.
- C) conceder-se-á "habeas-data" para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de quaisquer entidades e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- D) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional; organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- E) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Questão 40

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Assim, com relação ao direito ao trabalho, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- A) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, podendo ser inferior à área de um Município.
- B) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria a que ele pertence ou a de qualquer outra afim, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- C) ninguém será obrigado a se filiar ou a se manter filiado a sindicato, por isso, não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- D) o aposentado filiado, ou não, tem direito a votar e a ser votado nas organizações sindicais.
- E) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Questão 41

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Com relação aos direitos políticos, previstos no capítulo IV da Constituição da República Federativa do Brasil, pode-se dizer que

- A) são inelegíveis os analfabetos e o militar alistável
- B) o militar alistável é inelegível.
- C) não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- D) o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para dois períodos subsequentes.
- E) para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até quatro meses antes do pleito.

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL**Questão 42**

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil que é formada pela união indissolúvel destes. Assim, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- B) desapropriação.
- C) trânsito e transporte.
- D) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- E) normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Questão 43

Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma da lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e, notadamente.

- A) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º da lei 8429/91 por preço inferior ao valor de mercado.
- B) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço superior ao valor de mercado.
- D) utilizar, em obra ou serviço público, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da lei 8429/91, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- E) deixar de receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Questão 44

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao que segue:

- A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- B) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
- C) as funções de confiança, que alternativamente, a critério da administração, serão exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- E) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 45

A lei Nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Essa Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Assim, nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de

- A) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
- B) divulgação oficial dos atos administrativos, mesmo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- C) proibição da impulsão de ofício do processo administrativo, por trazer prejuízo da atuação dos interessados.
- D) adequação entre meios e fins, sendo permitida a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- E) observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos da administração.

Questão 46

Os Crimes contra a Administração Pública, estão previstos nos artigos 312 a 359-H. Em relação a esses crimes, é correto afirmar que constituem crimes contra a administração da justiça o que se segue:

- A) corrupção ativa em transação comercial internacional, que consiste em prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.
- B) favorecimento pessoal, que consiste em auxiliar a se subtrair à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.
- C) subtração ou inutilização de livro ou documento que consiste em subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público.
- D) impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, que consiste em impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.
- E) corrupção ativa que consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

Questão 47

A lei nº 4.898 de 9 de dezembro de 1965, regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Assim, o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente lei. Dessa forma, constitui abuso de autoridade qualquer atentado

- A) à violabilidade do domicílio.
- B) à liberdade de locomoção.
- C) aos direitos e garantias sociais assegurados ao exercício do voto indireto.
- D) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional, mediante autorização legal.
- E) à liberdade de associação e a obrigatoriedade de manter-se associado.

Questão 48

Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; para provocar ação ou omissão de natureza criminosas; em razão de discriminação racial ou religiosa; submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Crime punido com pena de reclusão, de dois a oito anos. Com relação ao crime de tortura é correto afirmar que

- A) incorre na pena de detenção de um a quatro anos aquele que se omite em face dessas condutas, quando não tinha o dever de evitá-las ou apurá-las.
- B) se resulta lesão corporal de natureza leve ou grave, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.
- C) na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não-previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- D) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada.
- E) o crime de tortura é inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia.

AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL

Questão 49

Será determinada a competência jurisdicional: pelo lugar da infração; o domicílio ou residência do réu; a natureza da infração; a distribuição; a conexão ou continência; a prevenção; e a prerrogativa de função. Sobre competência é INCORRETO afirmar que

- A) a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu não sendo conhecido o lugar da infração.
- B) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- C) a competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.
- D) a precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.
- E) a competência pela prerrogativa de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

Questão 50

O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Em relação ao exame de corpo de delito é correto afirmar que

- A) será facultada ao Juiz de Direito, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.
- B) atuará o assistente técnico a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, não sendo necessária a intimação das partes desta decisão.
- C) será disponibilizado o material probatório que serviu de base à perícia no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação, independente de requerimento das partes.
- D) Mesmo tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, não poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- E) será realizado o exame por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame na falta de perito oficial.

Questão 51

Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos Juízes de Direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas. Sobre o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é correto afirmar que

- A) nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias. Nesse caso, durante o prazo concedido para a resposta, os autos permanecerão em cartório, contudo, não poderão ser examinados pelo acusado ou por seu defensor.
- B) o juiz aceitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.
- C) o acusado será intimado, na forma estabelecida no Capítulo I do Título X do Livro I do Código de Processo Penal, recebida a denúncia ou a queixa.
- D) na instrução civil e nos demais termos do processo, observar-se-á o disposto nos Capítulos I e III, Título I, do Código de Processo Penal.
- E) nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias. Contudo, se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a resposta preliminar.

Questão 52

Os Direitos Humanos também estão inseridos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus artigos 5º ao 15. Com relação aos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- A) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- B) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo restringido o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- C) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- D) a lei punirá algumas discriminações tipificadas por ela atentatória, ou não, dos direitos e liberdades fundamentais.
- E) a prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Questão 53

A Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) – da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, demonstra em seu item XIII que todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado e que todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. Em relação ao asilo político previsto nessa Declaração, é correto afirmar que

- A) o direito ao asilo político poderá ser invocado mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- B) o direito de asilo político poderá ser invocado mesmo em caso de perseguição legitimamente provocada por crimes de direito comum.
- C) rege-se pelo princípio da autodeterminação dos povos.
- D) o direito de asilo político poderá ser invocado mesmo por atos contrários aos objetivos e princípios das nações unidas.
- E) todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

Questão 54

O Decreto nº 6044/2007 aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PNPDDH – define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências. A Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH – tem por finalidade estabelecer princípios e diretrizes de proteção aos defensores dos direitos humanos, conforme as leis brasileiras e os tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil faça parte. Por isso, são diretrizes específicas de proteção aos defensores dos direitos humanos:

- A) fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de Governo na proteção aos defensores dos direitos humanos e na atuação das causas que geram o estado de risco ou vulnerabilidade.
- B) fomento à cooperação internacional bilateral ou multilateral.
- C) articulação com organizações não-governamentais, nacionais e internacionais.
- D) apoio e realização de campanhas socioeducativas e de conscientização nos âmbitos internacional, nacional, regional e local, considerando suas especificidades, que valorizem a imagem e atuação do defensor dos direitos humanos.
- E) estruturação de rede de proteção aos defensores dos direitos humanos, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil.

Questão 55

Ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD –, órgão colegiado, integrante da estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, compete propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância e está previsto no Decreto nº. 5397/2005. Sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD – é correto afirmar que

- A) as decisões do CNCD serão tomadas por maioria de votos dos presentes.
- B) o Presidente e o vice-presidente do CNCD têm o voto de qualidade em caso de empate das decisões tomadas.
- C) o CNCD poderá convidar para participar de reuniões, com direito a voto, representantes de órgãos e entidades públicas, bem assim demais personalidades com especialização e experiência na promoção dos direitos humanos e no combate à discriminação, para prestar assessoria a atividades específicas do colegiado.
- D) o regimento interno do CNCD, após aprovação do Presidente, será homologado pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos.
- E) a participação no CNCD será considerada prestação de serviço público relevante, remunerada.